

4468

592

1

CONFERÊNCIA NA EUROPA

Ministro da Justiça
defende decreto 1775

LONDRES (AE) — O ministro da Justiça, Nelson Jobim, encerrou ontem uma maratona européia de defesa do decreto que revê a demarcação de terras indígenas no Brasil. Jobim esteve nas Nações Unidas, em Genebra, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, na Alemanha e na Inglaterra. Em Londres, o ministro se reuniu com representantes de dezoito organizações não-governamentais e defendeu a necessidade do decreto 1775 como uma fórmula para evitar o risco de serem julgadas inconstitucionais as demarcações realizadas durante o governo Fernando Collor.

‘Aceitamos com absoluta tranquilidade essas posições de desconfiança’, afirmou o ministro, argumentando que é difícil convencer a comunidade internacional do discurso de um novo governo após 2 mil anos de exoração dos índios, ‘O que vai acontecer é que até o fim do ano vamos ter medidas sérias sobre a comunidade indígena e vamos mostrar que se está lidando com um governo democrático, transparente e que tem compromisso constitucional’, declarou.

As ONGs da defesa dos direitos dos índios condenam duramente o decreto desde que foi assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em janeiro deste ano, alegando que estimula invasões de terras já demarcadas. As ONGs querem do governo

brasileiro a definição de um prazo final para as demarcações e temem que o julgamento de 156 reclamações de posse de terra possam adiar todo o processo.

O ministro não acredita que tenha conseguido acalmar a polêmica. ‘Não creio que vá acalmar, pode até acirrar em alguns casos. Mas o que quero mostrar é que o governo brasileiro discute o tema’. Agora isso começa a desaparecer como tema no momento que começarem os resultados da política governamental de demarcação de terras indígenas’, afirmou o ministro.

Dos 93 milhões de hectares de áreas indígenas estabelecidas pelo governo Collor, apenas 27 milhões de hectares foram preservados pelo novo decreto. Segundo Jobim, desde o começo do ano outros 3 milhões de hectares foram demarcados e 2 milhões de hectares identificados.

Jobim negociou ainda em Londres um acordo bilateral para o confisco de bens de criminosos internacionais, motivado pela fuga de membros da máfia do INPS para as Ilhas Virgens, que integra a Comunidade de Países de Língua Inglesa, a Commonwealth.

Em um encontro com o delegado da Transparência Internacional na Inglaterra, Jobim acertou a realização no Brasil de uma conferência sobre corrupção.